

GOVERNO

Ministra pode ser trocada por Padilha e abrir espaço para o Centrão no coração do Executivo. Alterações melhorariam a capacidade de articulação com Congresso

Aumenta pressão para remover Nísia da Saúde

» MAYARA SOUTO

As pressões para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê início à reforma no primeiro escalão do governo, removendo Nísia Trindade do Ministério da Saúde, aumentam a cada dia. O mais cotado para substituí-la é o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, e seria uma escolha do próprio Lula. Porém, Arthur Chioro, que esteve à frente da pasta dos governos Dilma Rousseff, corre por fora — indicação que seria defendida pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Ao **Correio**, interlocutores do Palácio do Planalto afirmaram que a decisão de Lula visa dar um “upgrade” na pasta, que é uma das que concentram o maior orçamento da União — neste ano terá R\$ 227,8 bilhões à disposição. As mesmas fontes afirmam que Nísia “cumpru sua missão” e que, agora, é preciso “avancar”.

Ainda na transição de governo, a escolha da ex-presidente da Fundação Oswaldo Cruz deu-se por duas razões: 1) a sólida trajetória profissional, capaz de recuperar a credibilidade da pasta diante do negacionismo que prevaleceu durante o governo de Jair Bolsonaro — quando um general da ativa do Exército, o hoje deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), esteve à frente do ministério em plena pandemia de covid-19; e 2) o fato de Nísia ter estado à frente da Fiocruz na crise sanitária, ajudado no desenvolvimento da vacina contra o novo coronavírus e resistido às pressões dos bolsonaristas.

Para aliados do governo, Padilha é um “soldado” e um “curin-ga”, que pode ser “encaixado em qualquer posição do time” — além de ter ocupado a Saúde no primeiro governo de Dilma Rousseff. É visto, também, como um nome que facilitaria a relação do governo com o Congresso, pois é deputado federal fora do exercício do mandato e tem trânsito entre os parlamentares por

Ricardo Stuckert/PR



Padilha esteve na Saúde no governo Dilma. Nísia teria cumprido a função de restaurar a seriedade da pasta

Aceitação em queda

De acordo com pesquisa do Datafolha divulgada na última sexta-feira, o presidente Lula está com a pior taxa de aprovação de seus três mandatos — modestos 24%. A última vez que a avaliação do governo esteve tão baixa foi em outubro e em dezembro de 2005, na crise do Mensalão, quando Lula desceu a 28%. O percentual de reprovação também é recorde (41%), mas foi em dezembro do ano passado que atingiu o ponto mais baixo — 34%.

causa da posição que ora ocupa.

Espaço no Palácio

A ida de Padilha para a Saúde ainda abre espaço para que um nome do Centrão chegue ao

Palácio do Planalto e ocupe a Secretaria de Relações Institucionais. Nesse caso, o mais cotado é o ministro Silvío Costa Filho, dos Portos e Aeroportos. Interlocutores do governo consideram que isso azeitaria ainda mais o relacionamento com o Congresso — e há ainda o bônus de que o pai dele, o ex-deputado Silvío Costa, é muito amigo de Lula.

O presidente, porém, não demonstra pressa, nem diz se sentir incomodado com as pesquisas de opinião, que vêm trazendo uma vertiginosa queda na popularidade de Lula. “Nunca levei, definitivamente, a sério qualquer pesquisa, em qualquer momento. Pesquisa serve para estudar, saber se tem que mudar de comportamento, e isso eu faço. Mudo quando quiser. Da mesma forma que coloquei quem queria, tiro quem eu quiser”, disse Lula, quarta-feira, na coletiva de imprensa com o

primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro.

Nísia, porém, tenta se manter refratária às pressões e especulações. Por causa disso, o Ministério da Saúde divulgou, ontem, nota sobre a possível mudança no comando da pasta. “A ministra reforça que a atual gestão, sob o comando do presidente Lula, está cumprindo o compromisso de reestruturar o SUS e cuidar da saúde da população, com resultados concretos — a população agora pode pegar 100% dos medicamentos do Farmácia Popular de graça — e melhoria sensível de indicadores, como aumento da cobertura vacinal após mais de seis anos de quedas consecutivas”, salienta.

Segundo o ministério, ela cumpre agenda, hoje, em Maringá (PR). Mas, amanhã, estará com Lula na celebração do aniversário do PT, no Rio de Janeiro. (Colaborou Fabio Grecchi)

Uma sequência de crises e desgastes

Desde o ano passado, Nísia Trindade é motivo de duras críticas e está no centro de crises que atingem diretamente o Ministério da Saúde. A maior é a epidemia de dengue: o Brasil chegou ao recorde de 6,5 milhões de casos, no início de 2024. Como a doença não está vencida, ela esteve, ontem, em São José do Rio Preto (SP), que registra o maior número de casos no país — segundo a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, o município teve 17.304 confirmações e 13 mortes. Ela participou da

inauguração do novo centro de hidratação contra a dengue.

Mas Nísia também foi desgastada pela situação dos hospitais federais do Rio de Janeiro, em estado precário de funcionamento e assolados pela corrupção. Um comitê foi instaurado para atuar no caso, em março do ano passado. No início deste mês, a Prefeitura do Rio de Janeiro passou a gerir, em conjunto com o governo federal, os hospitais de Andaraí e Cardoso Fontes.

Nos dois episódios, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

fez incisivas cobranças a Nísia, que, em uma reunião ministerial, chorou e reclamou da pressão que sofria. Por conta disso, Lula amenizou a situação.

“Têm pessoas e funções que são uma coisa de escolha pessoal do presidente. Ela não é ministra do Brasil, ela é minha ministra”, ressaltou o presidente, em julho passado.

Porém, ela vem sendo cobrada pela entrega do programa Mais Especialistas, que ampliaria as consultas, exames e outros

procedimentos com médicos especializados. O programa pretende reduzir as filas do Sistema Único de Saúde (SUS) e é visto como uma vitrine para Lula reconquistar popularidade com vistas à reeleição.

O Mais Especialistas é comparado ao Mais Médicos, lançado em 2013 e que leva profissionais de saúde às regiões em que há carências. A iniciativa foi considerada uma alavanca para a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2014. (MS)

EDUCAÇÃO

Colégio militar terá de oferecer cota em seleção

Os colégios militares de todo o país deverão adotar cotas raciais e sociais em processos seletivos para admissão de alunos. A decisão é da Justiça Federal, decorrente de uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) contra as Forças Armadas. Cabe recurso contra a sentença. Na ação, o Exército chegou a argumentar que a Lei de Cotas não abrangia os colégios militares, e sim apenas unidades de educação superior e técnico de nível médio.

De acordo com a ordem da Justiça Federal, as vagas nos colégios militares deverão seguir a distribuição descrita pelo MPF na ação, baseada nos percentuais previstos nas normas em vigor: 5% dos postos em disputa

devem ser destinados a pessoas com deficiência (PCD); 5% dos postos destinados a quilombolas; 50% dos postos destinados a alunos egressos do ensino fundamental em escolas públicas, fátia sobre a qual também incidem as cotas raciais e sociais, com mínimo de 77% das vagas desse grupo destinadas a pretos, pardos e indígenas (PPI); e ampla concorrência deve restringir-se aos 40% de postos restantes.

Até hoje, as seleções nos colégios militares previam apenas vagas para a ampla concorrência. Os candidatos que optarem por concorrer às vagas PPI deverão apresentar uma autodeclaração étnico-racial. Se aprovados nas provas e convocados, os estudantes

Marília Lima/CB/D.A Press



Determinação da Justiça vale apenas para a unidades do governo federal

também terão de passar por um processo de heteroidentificação complementar para validação das informações apresentadas na inscrição — assim como já ocorre nas universidades federais.

A decisão diz respeito aos colégios militares mantidos pelo governo federal, não afetando os colégios cívico-militares, como

os que o governo do Estado de São Paulo anunciou que devem ser abertos ainda neste ano.

Segundo o MPF, as Forças Armadas usavam uma “interpretação equivocada da legislação para negar a reserva de vagas nos concursos a candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou pessoas com deficiência”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Para Lula, Bolsonaro assume a culpa ao pedir anistia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista exclusiva ao programa do Clóvis Monteiro, na Super Rádio Tupi, na manhã de ontem, disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro se comporta como quem é culpado pela tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, ao defender a própria anistia.

“Olha, se o cidadão está sendo acusado, não pode ficar pedindo perdão antes de ser julgado. Tem que, primeiro, provar que é inocente. Quando esse presidente fica pedindo anistia, está provando que é culpado. Está provando que cometeu um crime. Deveria estar falando: ‘Vou provar minha inocência’”, afirmou.

Durante a entrevista, da qual também participaram Sidney Rezende e Isabelle Benito, âncoras de programas da emissora dos **Diários Associados**, campeã de audiência no Rio de Janeiro, Lula falou que Bolsonaro deve ser preso se for comprovada a culpa.

“Se for provada a denúncia feita pelo procurador-geral (Paulo Gonet) da tentativa de golpe, da participação do ex-presidente e do escalão de primeiro grau dele, o primeiro escalão dele, na tentativa de morte de um ministro da Suprema Corte Eleitoral, na tentativa de assassinato de um presidente da República e do vice-presidente, é uma coisa extremamente grave. Tenho certeza de que, se for provado, ele só tem uma saída: ser preso”, disse.

Foram as declarações mais duras de Lula até agora sobre a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra Bolsonaro. Revelam uma mudança de tom em relação à tentativa de golpe de 8 de janeiro e ao seu principal adversário político.

Segundo o petista, quando defende a anistia, Bolsonaro está dizendo: “Gente, eu sou culpado. Eu tentei bolar um plano para matar o Lula, tentei bolar um plano para matar o (Gerald) Alckmin, tentei bolar um plano para matar o Alexandre Moraes. Não deu certo porque tive uma diarreia no dia, fiquei com medo. Tive que voar para os Estados Unidos antecipadamente para não ficar com vergonha de dar posse para meu adversário. Então, por favor, me perdoem antes de eu ser condenado”, completou.

Lula vinha sendo cauteloso em relação às acusações contra Bolsonaro, ancorando suas declarações na defesa dos princípios do devido processo legal, da presunção de inocência e do amplo direito de defesa. Mas, agora, aposta na polarização e na radicalização políticas. Demonstrou irritação com o comportamento de Bolsonaro, que mobiliza seus aliados e articula apoio a um projeto de anistia que foi apresentado na Câmara por seus seguidores.

Também passou recibo ao comentar as declarações de Bolsonaro por ocasião da posse do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. “Ele age como se fosse o dono. ‘Ah, se não puder fazer uma coisa, vai ser minha mulher que vai fazer. Se não puder fazer meu filho, se não puder fazer meu neto’. Fala como se fosse uma monarquia, como se fosse uma coisa hierárquica que não só quer para ele, mas quer uma questão hereditária”, acusou Lula. “Quer uma questão de a família governar esse país. Olha, ele tem que se mancar. Isso aqui é uma república democrática, aqui tem eleição”, arrematou.

Estratégia eleitoral

Acontece que a denúncia trouxe Bolsonaro de volta ao centro do noticiário político. Sua liderança estava sendo esvaziada para que surgisse um candidato de centro competitivo contra Lula, afastando a possibilidade de um membro da família Bolsonaro ser o principal candidato de oposição.

Denunciado ao lado de 33 aliados por compor uma organização criminosa com o objetivo de anular o resultado do pleito e impedir a posse de Lula, Bolsonaro partiu para a ofensiva, numa reação desafiadora em relação à Justiça: “Caguei para prisão”, disse, durante o I Seminário Nacional de Comunicação do PL, um evento voltado para a capacitação da base na comunicação digital, que reuniu deputados, senadores e vereadores do partido, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Ao reforçar a narrativa de que está sendo vítima de perseguição, Bolsonaro dá ressonância na sociedade à iniciativa de seus advogados no terreno jurídico. Segundo o ex-presidente, as investigações e a denúncia têm por objetivo afastá-lo da disputa de 2026. Na verdade, ele está inegável por ter cometido crime eleitoral, não em razão das investigações em curso. Entretanto, sustenta que é candidato e, com isso, inibe o surgimento de candidaturas mais competitivas no campo da oposição, como seria a do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“O PL tem três planos: plano A, plano B e plano C. E em todos eles é o Bolsonaro”, disse o deputado federal Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara.

Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgou os vídeos da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Transcrições tinham sido tornadas públicas na quarta-feira, mas mídias eram mantidas em sigilo. Os depoimentos foram colhidos no ano passado pela Polícia Federal (PF).

Em um dos vídeos divulgados, Moraes dá uma bronca em Cid. A defesa de Bolsonaro pretende usar os vídeos para desqualificar a delação do militar, com o argumento de que foi obtida sob pressão do ministro.